



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ATA - PRE/SPL/COPEG/SEPLANE

ATA II REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2020

1. Identificação da Reunião

Data	Horário		Local	Coordenador da reunião
03/06/2020	Início:	15:15	Término: 17:35	Ambiente <i>online</i> (GoToMeeting)
				Benjamin Macedo (Chefe da SEPLANE)

2. Objetivos

- Análise dos resultados estratégicos do 1º trimestre de 2020;
- Apresentar os informes relacionados ao CNJ, TCU, TSE, bem como o andamento das deliberações passadas;
- Deliberar sobre dificuldades e ações de contorno propostas.

3. Membros do Conselho de Governança

Nome	Unidade	Ramal	Email
<i>Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia</i>			
Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	Presidente	7060	gab-gabpre@tre-ba.jus.br
<i>Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia</i>			
Roberto Maynard Frank	Vice-Presidente e Corregedor	7013	cre-gab@tre-ba.jus.br
<i>Juíza Eleitoral da Zona responsável pela administração da JE nos serviços de atendimento ao cidadão</i>			
Regina Helena Santos e Silva	6ª ZE - Salvador	7236	zona006@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Diretoria-Geral</i>			
Raimundo de Campos Vieira	Diretor-Geral	7032	assesd@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria Especial da Presidência</i>			
Victor Araújo Mesquita Xavier	SEP	7050	sep@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições</i>			
Mauricio Neves Rabello do Amaral	SPL	7099	spl@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral</i>			
Ronaldo da Silva Moura	SCR	7366	scr@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria Judiciária</i>			
Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima	SJU	7148	sju@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação</i>			
Luciana Maria Freitas Fonseca	STI	7117	sti@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Gestão de Pessoas</i>			
Sandra Ramos Cerqueira	SGP	7183	sgp@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade</i>			
Carla Lustosa Pinto da Silva	SOF	7170	sof@tre-ba.jus.br
<i>Titular da Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços</i>			
Robelza Oliveira Santos Rocha	SGA	7063	sga@tre-ba.jus.br
<i>Representante da Comissão Especial de Servidores do Interior</i>			
Thaíssi Neves Sampaio	24ª ZE – Ipiaú	4024	zona024@tre-ba.jus.br
<i>Representante da Comissão de Chefes de Cartório da Capital</i>			
Maria do Socorro C. C. M. de A. Gouveia	002ª ZE – Salvador	7232	zona002@tre-ba.jus.br

4. Demais Participantes

Nome	Lotação	Ramal	Email
Alana Ellen Costa da Silva Medrado	SEPLANE	7102	seplane@tre-ba.jus.br
Aleide Polliana de Souza Carvalho Pereira	GAB-STI	7118	gab-sti@tre-ba.jus.br
Amanda Bretas Machado	EJE	7040	eje@tre-ba.jus.br
Ana Amélia Ferraz	ASERI	7003	aseri@tre-ba.jus.br
Ângela Roberta Esquerdo Gonzaga	SESTAT	7362	sestat@tre-ba.jus.br

Arnaldo Torres da Silva	SECOD	7189	secod@tre-ba.jus.br
Benjamin Batista de Macedo Neto	SEPLANE	7102	seplane@tre-ba.jus.br
Bianca Penélope Souza de Almeida Nascimento	ASERI	7003	aseri@tre-ba.jus.br
Carla de Araújo Mendonça Garcia	COSINF	7132	cosinf@tre-ba.jus.br
Carla Saraiva Jucá	SEPLANE	7102	seplane@tre-ba.jus.br
Catiuscia Dantas Abreu Oliveira	COAUD	7055	coaud@tre-ba.jus.br
Christiany Teixeira Suzart	SEGEPRO	7193	segepro@tre-ba.jus.br
Cristiane Sena de Queiroz	SEGEPRO	7193	segepro@tre-ba.jus.br
Daniela Brandão Cardoso	SEPLANE	7102	seplane@tre-ba.jus.br
Délmara Miranda S. Bandeira de Mello	GAB-STI	7118	gab-sti@tre-ba.jus.br
Felisberto da Silva Bulcão Filho	ASCOM	7007	ascom@tre-ba.gov.br
Fernanda Maria Seixas Chagas	SEPLANE	7102	seplane@tre-ba.jus.br
Greice da Costa Santos	SESTAT	7362	sestat@tre-ba.jus.br
Hercília Boaventura Barros	SEPRO	7011	sepro@tre-ba.jus.br
Kércia Sant'ana Sodré	SEGOVE	7049	segove@tre-ba.jus.br
Luciana Bichara Dantas	COPEG	7106	copeg@tre-ba.jus.br
Marco André Carneiro Lima	PLAS	7230	plas@tre-ba.jus.br
Marcos Diniz Gonçalves O'Dwyer	SEGEPRO	7193	segepro@tre-ba.go.br
Maria das Graças Pinto de Almeida	SEGOVE	7049	segove@tre-ba.gov.br
Maria Isabel de Barros Brandão	COEDE	7209	coede@tre-ba.jus.br
Maria Tháís Pinheiro Habib	COAJUC	7359	coajuc@tre-ba.jus.br
Tainara Costa	ASCOM	7007	ascom@tre-ba.jus.br
Venicios dos Anjos Belo	OUV	7367	ouv@tre-ba.jus.br

5. Discussão da pauta

A reunião foi aberta pelo Corregedor Regional Eleitoral e Vice-Presidente do TRE-BA, Des. Roberto Maynard, que agradeceu a presença dos demais Membros do Conselho de Governança e ressaltou o empenho do Tribunal para cumprir sua missão de prestar serviço de excelência aos eleitores, aos advogados e às partes dos processos no período da pandemia de COVID-19.

Em seguida, o Secretário da SPL, Maurício Amaral, agradeceu a presença dos Membros do Conselho de Governança e dos colegas convidados e informou que a reunião seria conduzida pela COPEG.

Posteriormente, Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, informou que o objetivo da reunião era mostrar os resultados do 1º trimestre de 2020 e contextualizou que, além da pandemia de COVID-19, há diversos fatores que historicamente impactam os resultados do Tribunal nesse período do ano, como o recesso forense, férias escolares, afastamentos programados de servidores, aprovação da LOA e a liberação do orçamento. Asseverou que esses aspectos externos influenciam os resultados do Tribunal e devem ser ponderados nas análises dos indicadores que serão apresentados. Ressaltou que seriam mostrados apenas os objetivos estratégicos, indicadores e projetos que mereceriam uma maior atenção e comunicou que foi encaminhado aos Membros, além da pauta com as deliberações, um relatório completo, com análise pormenorizada do desempenho do Tribunal no 1º trimestre. Solicitou aos gestores de indicadores presentes que não se limitassem a informar números, quando do encaminhamento dos resultados estratégicos, sendo imprescindível uma avaliação qualitativa dos dados apresentados. Informou que os relatórios de desempenho do Tribunal são disponibilizados à sociedade e auxiliam na elaboração do Relatório de Gestão, que é encaminhado ao TCU. Comunicou, ainda, que seriam abordados assuntos referentes ao CNJ, TCU e TSE, atualizados os andamentos das deliberações ocorridas na última RAE e submetidos alguns temas à deliberação do Conselho.

Informou que, em 25/05/2020, durante a 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, o CNJ lançou o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), que funcionará como um banco de dados nacional do Poder Judiciário, reunindo todas as informações sobre movimentações processuais, e uniformizando a base. Ressaltou que, para adequar as informações aos moldes solicitados pelo CNJ, a STI está corrigindo os envios dos arquivos, para posteriormente ser tratada a qualidade das informações, adequando-se às novas Tabelas Processuais Unificadas (TPUs). Para tanto, enfatizou que será importante o apoio da Corregedoria e da Secretaria Judiciária a fim de se criar uma base de dados confiável. Outra questão abordada foi a Nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, sem mudanças muito significativas. Esclareceu que a prestação jurisdicional não será o foco exclusivo, havendo metas também para as áreas meio, como Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação. Outro assunto tratado foi o lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2020, cuja Portaria regulamentadora ainda não havia sido editada. Destacou algumas mudanças em relação à premiação anterior, dentre elas o fato de que os TREs concorrerão entre si, critério, a seu ver, mais justo do que o utilizado em 2019, quando se disputava com todos os 90 tribunais do país. Portanto, para que o TRE-BA conquiste a categoria Diamante, deverá se posicionar entre as três primeiras colocações; para a categoria Ouro, deverá ficar do

quarto ao décimo lugar, havendo também a categoria Prata e os tribunais que não receberão nenhuma premiação. Destacou o aumento do número de eixos avaliados, tendo sido criado eixo específico para Transparência e outro para Dados e Tecnologia. Com relação ao eixo da Transparência, serão avaliados o *Ranking da Transparência* e a transparência passiva, que é responsabilidade da Ouvidoria. No que se refere a Dados e Tecnologia, serão computadas questões relacionadas ao DataJud. Quanto ao eixo de Governança, foram sinalizadas algumas mudanças, mas, para maiores detalhes, deve-se aguardar a publicação da Portaria. O CNJ sinalizou que está atento às implicações da pandemia de COVID-19, mas não acatou a solicitação de alguns tribunais quanto ao adiamento do Prêmio, nem quanto à suspensão das metas deste ano.

Em seguida, Benjamin Macedo, Chefe da Seção de Planejamento Estratégico (SEPLANE), iniciou a apresentação e, para dar uma visão mais ampla dos resultados no 1º trimestre, mostrou o mapa estratégico do Tribunal com o desempenho dos seus 15 (quinze) objetivos estratégicos, dos quais 8 (oito) tiveram suas metas alcançadas; 2 (dois) merecem atenção, que são os objetivos “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa” e “Promover a melhoria dos serviços de TIC”; 3 (três) não foram medidos, que são “Assegurar a efetividade da comunicação interna”, “Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro” e “Promover a melhoria da governança em gestão de pessoas” e 2 (dois) encontram-se em situação crítica, por não atingirem as metas estabelecidas para o período, quais sejam: “Consolidar a boa imagem do TRE junto à sociedade” e “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis”.

Foi exibido, também, o desempenho dos 40 (quarenta) indicadores estratégicos, dos quais 38% encontram-se com situação satisfatória; 35% não foram mensurados; 12% encontram-se em situação crítica, ou seja, tiveram um desempenho menor ou igual a 15% da meta anual; 10% estão em construção e 5% merecem atenção. Ressaltou que, dos 14 (quatorze) indicadores não medidos, 4 (quatro) não são efetivamente aplicáveis em 2020; 5 (cinco) são medidos anualmente, ou seja, em janeiro do ano seguinte; 1 (um) é medido semestralmente e 4 (quatro) não apresentaram resultados.

Posteriormente, apresentou o desempenho dos projetos estratégicos, que, assim como os indicadores, servem aos objetivos estratégicos do órgão. Foram 22 (vinte e dois) projetos priorizados em 2020, dos quais, 41% encontram-se com atrasos, não considerados críticos; 37% com andamento normal, conforme o planejado; 13% foram projetos concluídos e 9% encontram-se com problemas, sendo necessário ajustar o curso de ação imediatamente.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, esclareceu que, em comparação com as RAEs anteriores, a grande quantidade de projetos com atrasos não considerados críticos deveu-se a um maior rigor empregado nas análises da SEGOVE, de modo que, se um projeto estiver em desconformidade com seu cronograma, será considerado como em atenção. Nestes casos, ou o gerente do projeto se esforça para solucionar o problema ou solicita um ajuste no cronograma, apresentando as devidas justificativas. Ressaltou que há três projetos estratégicos sendo concluídos: “Gestão por Competência”, “MelhorAcessibilidade” e “Justiça em Dia do 2º Grau de Jurisdição”.

Ressaltou que a finalização do projeto “MelhorAcessibilidade” não encerra o compromisso do TRE com a acessibilidade, pois foi criado o Programa de Acessibilidade, que ficará responsável por este tema. Informou também que o projeto “Justiça em Dia - 2º Grau de Jurisdição”, que tinha como escopo inicial julgar todos os projetos de registro de candidatura antes das eleições de 2018, foi concluído antecipadamente. O projeto posteriormente passou a ter o propósito de também julgar todas as prestações de contas, o que foi igualmente cumprido com êxito pelo Tribunal.

Em seguida Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que mostraria o desempenho de cada um dos objetivos estratégicos, mas que teceria uma análise mais minuciosa dos que não alcançaram as metas propostas e daqueles merecedores de atenção.

Posteriormente, o Presidente do TRE-BA, Des. Jatahy Júnior, ingressou na reunião e agradeceu ao Corregedor, Des. Roberto Maynard, por ter feito a abertura.

Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, continuou a apresentação e informou que traria informes e propostas de deliberação para os seguintes objetivos estratégicos:

OBJETIVO: ASSEGURAR A GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Considerações: Este objetivo decorre do desempenho dos indicadores relacionados aos objetivos estratégicos que fomentam a cidadania: *Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa, Prestar atendimento de excelência ao público, Fortalecer a segurança do processo eleitoral e Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis.* Ele é medido pelo indicador *Taxa de atendimento às metas de cidadania* e apresentou um desempenho satisfatório neste 1º trimestre.

OBJETIVO: CONSOLIDAR A BOA IMAGEM DO TRE-BA JUNTO À SOCIEDADE

Considerações: O objetivo apresentou problemas no 1º trimestre, em decorrência do desempenho insatisfatório do único indicador aferido. Ele é medido pelos indicadores: *i2 – Taxa de confiança no TRE-BA*; *i3 – Números de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA* e o *i34 – Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral*. O indicador mensurado foi o *i3 – Números de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA* e apresentou desempenho crítico no trimestre porque foram realizadas apenas 26 (vinte e seis) das 250 (duzentas e cinquenta) previstas para o ano.

Em seguida, Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, esclareceu que, com relação ao indicador *i3*, a ASCOM informou que os números apresentados já eram esperados, e que, por ser um ano de eleições, ainda serão agendadas muitas entrevistas. Esclareceu também que a biometria no interior não demandou entrevistas com o Presidente do TRE-BA, pois foram concedidas mais entrevistas locais, que não são computadas pela ASCOM na medição do indicador. Ressaltou que a pandemia de COVID-19 não teve impacto no resultado alcançado.

Posteriormente, Thaíssi Neves Sampaio, representante da Comissão Especial de Servidores do Interior, argumentou, em relação ao indicador *i3*, que o TRE tem tido grande atuação nas mídias sociais, em especial no Instagram, onde as postagens têm tido grande retorno. Questionou se seria possível um ajuste na meta e serem aceitas entrevistas realizadas por este meio.

Luciana Bichara, em resposta ao questionamento, informou que a ASCOM optou por manter o controle das entrevistas formalmente agendadas, mas que são computadas entrevistas realizadas no Instagram, como por exemplo a que o Presidente do TRE-BA, Des. Jatahy Júnior, realizou abordando o tema da participação feminina.

Ulteriormente, Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, ressaltou que o indicador *i2 - Taxa de confiança no TRE-BA* não foi medido no 1º trimestre porque, segundo a Ouvidoria, a pesquisa de confiança está prevista para ocorrer após as eleições. Já o *i34 – Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral*, criado para recepcionar integralmente a antiga Meta Específica 2/2019 e a atual Meta Específica 1/2020 da JE: “*Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral*”, não foi medido porque, no primeiro trimestre, ainda não tinha sido disponibilizado o Glossário das Metas Específicas da Justiça Eleitoral 2020.

Informes:

- Alcance antecipado da Meta Específica 1/2020 - *Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral*

Resultado do 1º quadrimestre informado ao TSE em 22/05/2020, tendo o TRE-BA respondido positivamente a 4 das 5 perguntas avaliativas, perfazendo 80 pontos e superando a pontuação mínima (70) - SEI 0061352-70.2020.6.05.8000; ASCOM/EJE/OUV.

P1) O Tribunal possui Plano Específico que vise à promoção de ações relacionadas à meta? SIM (10)

P2) O Tribunal executou 70% das ações planejadas para 2020, a que se refere a pergunta P1? NÃO (0/20)

P3) O Tribunal promoveu ações de aproximação com a sociedade nas redes sociais?

SIM 10 (10)

P4) O Tribunal promoveu ações de esclarecimento sobre a segurança da urna eletrônica e do processo eleitoral? SIM (40)

P5) O Tribunal promoveu ações para esclarecer ao eleitor sobre o efeito do voto nulo, branco e abstenção na eleição? SIM (20)

- Alcance antecipado da Meta Específica 2/2020 – *Fomentar a participação feminina no processo eleitoral*.

Resultado do 1º quadrimestre informado ao TSE em 22/05/2020, tendo o TRE-BA respondido positivamente a 4 das 5 perguntas avaliativas – 80 pontos, superando a pontuação mínima (70) - SEI 0061352-70.2020.6.05.8000; Comissão de Participação Feminina.

P1) O Tribunal possui Plano de Trabalho que vise à promoção de ações relacionadas à meta? SIM (10)

P2) O Tribunal executou 70% das ações planejadas para 2020, a que se refere a pergunta P1? NÃO (0/20)

P3) O Tribunal promoveu ações sobre a participação feminina no processo eleitoral nas redes sociais? SIM (20)

P4) O Tribunal promoveu ações de educação eleitoral que versem sobre a participação da mulher na política? SIM (40)

P5) O Tribunal disponibilizou material, tais como: cartilhas sobre educação jurídica e eleitoral, vídeos, podcasts, etc, que versem sobre a participação da mulher na política? SIM (10)

Esclarecimentos: Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, explanou que essas duas metas são definidas pelo CNJ e específicas da Justiça Eleitoral. Enfatizou que, apesar dessa conquista antecipada, o TRE-BA permanecerá com as ações para fomentar a participação feminina no processo eleitoral e para promover campanhas de educação ao eleitor, visto que elas fazem parte de planos de ação elaborados pela Comissão de Participação Feminina e por ASCOM, EJE e Ouvidoria, os quais serão continuados.

Quanto ao Ranking da Transparência, cujo desempenho também é levado em conta para o Prêmio CNJ de Qualidade, comunicou que, após consolidação das informações prestadas pelas diversas unidades do Tribunal, foi possível encaminhá-las ao CNJ antes do prazo estabelecido. O questionário foi enviado com informação de atendimento a todas as suas perguntas, juntamente com as respectivas evidências. Destacou que o CNJ avaliará os documentos recebidos e, até setembro/2020, deverá anunciar o resultado.

Posteriormente, Maurício Amaral, Secretário da SPL, informou que serão realizadas reuniões com os secretários, individualmente, para aperfeiçoar as próximas informações de transparência que serão encaminhadas ao CNJ.

OBJETIVO: AUMENTAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que o objetivo alcançou as metas previstas para o 1º trimestre. Houve um excelente desempenho no 2º grau, com todos seus indicadores atingindo as metas no período. Com relação ao 1º grau, os indicadores não puderam ser medidos por causa de problemas na extração de dados, ocasionados pela migração do sistema SADP para o PJe. Quanto aos projetos associados ao objetivo, 2 (dois), *Evolução na maturidade dos processos e Justiça em dia - 1º grau*, estão com atrasos não considerados críticos e o projeto *Justiça em dia - 2º grau* foi concluído.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, enfatizou que nenhum indicador do 1º grau conseguiu ser medido, apesar de o sistema Atena ter sido implementado, por conta de o PJe considerar os processos migrados do SADP como casos novos. A Corregedoria, com apoio da STI, está buscando um meio de tratar os dados, para se ter uma correta parametrização do Atena. É um trabalho hercúleo, mas muito importante para Corregedoria, que necessita conhecer a realidade do acervo processual do 1º grau para realização de seus planejamentos internos de inspeção e de força tarefa. Ressaltou que o objetivo estratégico está com desempenho muito bom, porém pode não estar refletindo a realidade, por conta da ausência dos resultados dos indicadores do 1º grau.

O Corregedor Regional Eleitoral, Des. Roberto Maynard, reiterou que a grande dificuldade da Corregedoria é a aferição dos dados e indicadores dos processos de 1º grau. Concordou com a fala de Luciana Bichara, e afirmou de que essa ausência de informações fidedignas do acervo processual do 1º grau pode resultar no não cumprimento da Meta 1/CNJ. Ressaltou que está sendo feita uma triagem dos processos, de forma manual, para que se tenha uma noção menos empírica e mais estatística da realidade dos processos que tramitam no 1º grau, a fim de formular um plano de metas que possa servir ao Tribunal, para alcançar e superar as metas estabelecidas pelo CNJ. Informou que irá reunir-se com a secretária da STI, Luciana Fonseca, para, em conjunto, fixarem um prazo de solução destes problemas, porque o Tribunal não pode ficar sujeito a uma situação que está na contramão dos tempos atuais. Será necessário um sistema que forneça dados estatísticos específicos, com parametrização fidedigna, para que a Corregedoria execute um trabalho à altura do Tribunal.

Thaíssi Neves Sampaio, representante da Comissão Especial de Servidores do Interior, comunicou que, desde a I RAE 2020, vem sendo abordada a dificuldade em distinguir e monitorar o acervo de processos, e que essa dificuldade também é enfrentada pelas zonas eleitorais, devido à ausência de módulos estatísticos, e da diferença, com o PJe, da forma de julgamento do próprio processo. Pontuou que o Processo Judicial Eletrônico também tem seus aspectos positivos, porque informações que antes não eram lançadas e não eram computadas de forma tão fidedigna, atualmente são. Enfatizou que o TRE está tendo bons resultados com o trabalho remoto, pois o PJe permitiu dar andamento processual ao acervo. Reafirmou que as zonas eleitorais precisam controlar os seus processos, para que possam identificar suas próprias metas, relacionadas ao planejamento estratégico do Tribunal e ao desdobramento da estratégia, a fim de atuarem de forma articulada sobre elas.

Em seguida, Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, informou que, com referência ao controle do acervo processual, o problema mudou, pois anteriormente não existia um sistema capaz de retirar os dados, principalmente do PJe, mas agora existe o sistema Atena. Ressaltou que o TRE-BA é um dos únicos tribunais que se encontra com 100% do acervo do 1º grau no PJe, o que torna o órgão precursor também na busca de soluções para os problemas que vêm surgindo. O primeiro passo foi pedir ao TSE que correlacionasse os processos migrados do SADP aos atuais processos do PJe. E um dos problemas reside na falta de padrão no SADP, o que dificulta o tratamento desses dados. Em relação ao desdobramento da estratégia nas zonas eleitorais, explicou que o processo está em andamento no SEI e deve ser aprovado, mas entrará em prática somente no ano que vem. Esclareceu que o sistema Atena permite também que as zonas eleitorais façam o acompanhamento do seu acervo

processual. Comunicou que o Tribunal tem se destacado na prestação jurisdicional nesse período da pandemia de COVID-19, está sempre nas primeiras colocações nos relatórios semanais encaminhados ao CNJ.

Informes:

- Os indicadores i4, i5, i6 e i7 não puderam ser medidos no 1º grau em virtude de dificuldades para extração dos dados, decorrentes da migração de processos do SADP para o PJe.
- Alcance antecipado da Meta Nacional 2/2020 no 2º grau: *Julgar 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018*. Resultado: 99,78%.

Andamento das deliberações ocorridas na IRAE de 2020

- Priorização da designação dos novos membros do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau (SEI n.º 0047813-37.2020.6.05.8000): Em 02/06/2020, autos na SGP para providências relativas às eleições de 2 (dois) juízes eleitorais e de 2 (dois) servidores, com seus suplentes, mediante votação direta a partir de lista de inscrição. Pendentes também indicações da AMAB e do SINJUBE-BA.

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que esse objetivo foi identificado como “merecedor de atenção” neste trimestre. Dos oito indicadores que mensuram o desempenho do objetivo, somente três foram medidos, dos quais dois conseguiram atingir a meta no trimestre (*indicadores i8 - Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º Grau e i9PP - Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º Grau* e um indicador que não alcançou o desafio proposto (*i10 - Número de ações de promoção de valores éticos*).

Os projetos associados a este objetivo são *Evolução da Maturidade dos Processos, Justiça em Dia no 1º Grau e Ética no TRE-BA*, que estão com atrasos não considerados críticos e *Justiça em Dia no 2º Grau*, que foi concluído.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, ressaltou que apesar de o indicador *i10 - Número de ações de promoção de valores éticos*, não ter conseguido alcançar a meta no trimestre, deve ter um desempenho satisfatório este ano, mas o que gera preocupações é que também o projeto *Ética no TRE-BA* encontra-se com atrasos, não considerados críticos. Trouxe à reflexão se a presidência da Comissão de Ética deveria continuar com Sandra Cerqueira, atualmente Secretária da SGP, tendo em vista o volume de atribuições e a dificuldade em conciliar as atividades.

Posteriormente, Sandra Cerqueira, Secretária da SGP, concordou com as ponderações e informou que já estava refletindo sobre essa substituição e que ela precisa ser realmente concretizada. Informou que a Comissão ainda não havia conseguido se reunir para tratar dessa questão, mas que iria encaminhar a solicitação da substituição à Presidência. Ressaltou que, além de uma demanda de trabalho grande, pode haver uma incompatibilidade ente o cargo e a atuação na comissão.

Informes

- Na 1ª Reunião Preparatória do Encontro Nacional do Judiciário, ocorrida em 25/05/2020, o CNJ avaliou que o macrodesafio *Combate à corrupção e à improbidade administrativa* foi o menos priorizado pela JE entre 2015 e 2019, sem que, p. ex., nenhum Eleitoral tivesse alcançado a Meta Nacional 4/2019 (julgar 90% dos processos Eleições 2016 e 75% dos processos Eleições 2018 que pudessem importar perda de mandato).
- Reformulada para contemplar apenas processos das Eleições Gerais 2018, a Meta 4/2020 foi antecipadamente atingida pelo TRE-BA, com julgamento de 100% desses feitos ainda em 2019.

Andamento das deliberações ocorridas na IRAE 2020

- Instituição de grupo de estudos, composto por representantes das Zonas, SJU, SPL/COPEG, SEP, SCR e STI, para encontrar uma forma de medir o **i9NE** e **i9PP** no 1º grau (SEI n.º 0048850-02.2020.6.05.8000): Em 02/06/2020, todas as unidades envolvidas indicaram membros, aguardando-se constituição do grupo pela Administração.

OBJETIVO: PRESTAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA AO PÚBLICO

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que este objetivo possui um único indicador relacionado, *i11 – Taxa de satisfação dos clientes*, que alcançou a meta esperada para o trimestre. Ressaltou que das 5.389 (cinco mil trezentos e oitenta e nove) respostas encaminhadas, 93,12% reconheceram o atendimento do tribunal como sendo bom ou ótimo.

Há dois projetos associados a este objetivo, *p30. TRE-BA em Rede* e *p31. Fala Cidadão*, que se encontram com andamento normal, conforme planejado.

OBJETIVO: FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Considerações: Na RAE anterior, este objetivo foi reconhecido como antecipadamente alcançado no ciclo, em virtude do final do projeto Biometria na Bahia, em fevereiro/2020, e com a biometrização de 100% do eleitorado baiano regular. O projeto associado ao objetivo é o *p25. Biometria na Bahia*, cujo termo de encerramento já foi apresentado pela gerência.

OBJETIVO: MELHORAR O DESEMPENHO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Considerações: O presente objetivo possui um indicador relacionado, *i13 – Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade*, que alcançou a meta estabelecida para o trimestre. Há dois projetos associados: o *Residência em TI*, que é um projeto novo, iniciado neste semestre e que está com andamento normal, conforme planejado; e o *Projeto Evolução da Maturidade dos Processos* sobre o qual haverá a deliberação conforme abaixo.

Deliberação:

- Quanto ao **p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos** (SEI 0056501-90.2017.6.05.8000), considerando exigências do TCU e indicação, pelas áreas, dos processos-chave a serem priorizados para consultoria em gestão de riscos, a gerência (SEGPRO/COPEG) propõe sejam efetivamente mapeados e melhorados os seguintes processos em 2020:

- Processo de Gestão da Execução da Estratégia (COPEG/SPL);
- Processo de Prestação de Informações pela Ouvidoria (OUV);
- Processo de Julgamento de Prestação de Contas Anuais Partidárias - 2º Grau (SJU, SEP e ASJUIZs).

Esclarecimentos: Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, esclareceu que, a cada ano, a gerência do projeto propõe alguns processos a serem mapeados, que estão relacionados à cadeia de valor do Tribunal. Explicou que a proposta se deu neste momento porque, primeiro, houve uma revisão dos planos de tratamento de riscos das unidades, e que cada área indicou um processo a ser mapeado. A seleção dos processos levou em consideração se já existia alguma recomendação do TCU, como é o caso do *Processo de Gestão da Execução da Estratégia*, tema de diversas questões do Levantamento de Governança do TCU, assim como o *Processo de Prestação de Informações pela Ouvidoria*, já que parte do referido questionário compõe-se de perguntas relativas a integridade e planos de integridade. Além disso, é um processo que está relacionado à atividade fim do Tribunal, qual seja prestar informações de forma adequada aos clientes. Já o *Processo de Julgamento de Prestação de Contas Anuais Partidárias - 2º Grau*, foi selecionado porque indicado por três áreas do Tribunal, a Secretaria Judiciária, a Secretaria Especial da Presidência e por todas Assessorias de Juizes, e porque ele é um processo que já está maduro e que está relacionado à integridade e ao combate a corrupção.

Decisão do Conselho de Governança: **Aprovação** à unanimidade.

OBJETIVO: ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que este objetivo não será medido este ano, porque o indicador a ele relacionado, *Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas*, só é mensurado em anos não eleitorais. Já o projeto a ele associado, *Servidor 2.0*, apresenta dificuldades na sua execução. Explicou que, na III RAE de 2019, foi aprovada sua fusão com um dos eixos do PQVT, *p6.3 Aprimoramento da Comunicação Interna*; que o prazo para envio do Plano Geral do Projeto (PGP)

era 2019.2, porém ainda não havia sido apresentado pela gerência; e que foram realizados dois pedidos de prorrogação do prazo inicial ao longo do ano passado.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, esclareceu que o projeto está em situação crítica considerando que ele já deveria ter iniciado, e tem até o ano que vem para encerrar. Propôs que fosse estabelecido um prazo para entrega do PGP.

Posteriormente Felisberto Bulcão, Assessor da ASCOM, sugeriu o prazo de 31/07/2020, para entrega do Plano Geral do Projeto (PGP).

Em seguida, Thaíssi Neves Sampaio, representante da Comissão Especial de Servidores do Interior, apresentou dois questionamentos, que são demandas dos servidores do interior. O primeiro refere-se à Agenda Eletrônica, que atualmente é o meio de comunicação entre os setores do Tribunal e as zonas eleitorais. Pontuou que os servidores estão tendo muitas dificuldades no seu uso, inclusive, no cadastramento das tarefas relacionadas às eleições. E ressaltou que as zonas eleitorais voltaram a receber demandas nos e-mails, o que vai de encontro ao que todos esperavam, que era melhorar e efetivar uma boa comunicação interna. A Agenda Eletrônica é um bom sistema, é uma evolução do SICE, porém os servidores do interior não estão conseguindo utilizar o sistema. Outra questão diz respeito ao Repositório Digital, que é um bom sistema, mas que as zonas eleitorais do interior, em sua grande maioria, relatam dificuldades em encontrar documentos através da indexação. Ressaltou que o tempo é um recurso muito escasso e o servidor, por vezes, depende até uma hora de trabalho para encontrar um normativo, portanto, a alimentação do Repositório com uma boa indexação precisa ser observada pelo Tribunal.

Posteriormente, Maurício Amaral, Secretário da SPL, informou que a Agenda Eletrônica está passando por reformulações. Esclareceu que a Agenda, inicialmente, seria apenas um meio de comunicação com os cartórios, mas é uma ferramenta tão interessante e tão funcional que o Tribunal estendeu seu uso para as secretarias, nas atividades relacionadas às eleições. Cada unidade do Tribunal foi inserida agora como cumpridora de atividades de eleição. Esse *upgrade* na Agenda, essa manutenção evolutiva, fez com que ela tivesse alguma instabilidade. A Agenda está mudando, para se tornar ainda melhor, ainda mais funcional e a COELE já iniciou o treinamento para as unidades da secretaria sobre sua utilização e está programando, também, uma série de treinamentos com os cartórios eleitorais sobre suas novas funcionalidades. Pontuou que a STI já deve disponibilizar a versão de produção da Agenda, e ela vai cumprir o seu papel, concentrando todas as demandas relativas às eleições.

Luciana Fonseca, Secretária da STI, esclareceu que o Repositório Digital faz parte da Intranet, e que não é responsabilidade da unidade. Comunicou, entretanto, que nunca recebeu nenhuma reclamação sobre o Repositório, mas colocou a STI à disposição para colaborar no que for possível.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, explicou que o repositório foi uma das entregas do projeto “Nova Intranet” e que havia sido instituído pela equipe do projeto, não havendo uma área específica responsável por ela – à STI, cabia a sua manutenção no ar, e, a todas as demais áreas do Tribunal, a gestão do conteúdo que lhe diz respeito. Sugeriu que, como se tratava de uma questão de indexação dos documentos, a SGA/COGED poderia ser instada a auxiliar em tal aspecto e/ou ser avaliado pela gerência do projeto “Servidor 2.0” se poderia ser uma matéria a ser abordada no referido projeto.

Deliberação:

- Quanto ao **p22 Projeto Servidor 2.0**, considerando dificuldades da gerência na sua condução, e considerando que o prazo de apresentação do Plano Geral do Projeto (PGP), 2019.2, ainda não foi atendido, propõe-se o prazo de 31/07/2020 para entrega do PGP.

Decisão do Conselho de Governança: **Aprovação** à unanimidade.

OBJETIVO: FOMENTAR AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que há 4 (quatro) indicadores relacionados a este objetivo, e destes, 3 (três) estão em situação crítica e 1(um) conseguiu alcançar a meta proposta para o trimestre. O projeto associado ao objetivo, *MelhorAcessibilidade*, foi concluído.

Com relação ao indicador *i15 - Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade*, sem nenhuma adequação concluída no 1º trimestre, registrou que houve uma deliberação na RAE passada e as obras parciais passaram a ser computadas, o que deverá facilitar o alcance da meta anual de 2 (duas) adequações.

O indicador *i16 - Número de pessoas atingidas por ações sociais*, com a meta de atingir 6.000 (seis mil) pessoas neste ano eleitoral, alcançou 10,49% da meta neste trimestre. Segundo a EJE, esse desempenho é reflexo do distanciamento social imposto pela pandemia, sendo necessário fomentar mais ações virtuais. Já a SGP,

comunicou que sua contribuição com este indicador já está no patamar máximo, visto que está relacionada ao *Projeto Menor Cidadão*, que atinge os 100% pretendidos com os 20 (vinte) estagiários lotados nos cartórios da capital.

Já o indicador *i17AS – Número de ações sociais*, com a meta de realizar 80 (oitenta) ações ao longo do ano, teve como resultado apenas 3 (três) no 1º trimestre. Segundo EJE e SGP, o desempenho do indicador é reflexo do distanciamento social imposto pela pandemia. Para a EJE, será necessário fomentar mais ações virtuais para o alcance do objetivo, e para a SGP, é preciso maior disponibilidade de salas de treinamento e maior participação de servidores externos à COEDE/SEREREDE como facilitadores, ressaltando que os estagiários do *Menor Cidadão* foram admitidos em março, inviabilizando maior número de ações por conta da pandemia.

Por sua vez, o indicador *i17AA – Número de ações ambientais* obteve um desempenho satisfatório neste 1º trimestre. Com o desafio de desenvolver 12 (doze) ações anuais, distribuídas entre os 12 (doze) eixos do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal, foram realizadas 3 (três) ações no trimestre, cada uma num eixo distinto, o que corresponde a 25% de cumprimento da meta anual.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, explicou que este objetivo está sendo afetado pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Informou que esses indicadores vinham apresentando ótimos desempenhos em anos anteriores, mas que, neste ano, serão um grande desafio. Ponderou que, mesmo que a EJE realize ações virtuais, considerando que o público majoritário costuma ser de estudantes, talvez, as metas não consigam ser atingidas.

Amanda Machado, Coordenadora da EJE, explanou que o principal projeto, que alavanca o resultado desses indicadores é o *Projeto Eleitor do Futuro*, que consiste na visita da EJE às escolas, principalmente as municipais. Devido ao isolamento social, a EJE criou o *Projeto Eleitor do Futuro em Tempos de Pandemia*, que consiste em propor aos estudantes que gravem vídeos relativos às funções dos prefeitos e vereadores, depois que se apropriarem do conteúdo disponibilizado no Portal da EJE (textos, vídeos, slides). Neste formato, há a previsão de atingir pelo menos metade dos números conquistados anteriormente. Ressaltou que as escolas municipais ainda estão implementando as plataformas *online*, e que há também as questões sociais, como a falta de acesso dos estudantes à internet, a computadores, dentre outros, que dificultam o andamento do projeto. A EJE realizará também cursos *online* para tentar cumprir esta meta.

OBJETIVO: PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E SEGURO

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que este objetivo tem apenas o indicador *i18 – Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho* e que não foi medido, neste trimestre, em face da não conclusão do Plano Anual de Projetos e Ações do PQVT. Esse indicador pretende que 60% das ações previstas no Plano sejam executadas em 2020. Com relação aos projetos, todos estão com atrasos não considerados críticos.

Sandra Cerqueira, Secretária da SGP, comunicou que o Plano Anual de Projetos e Ações está sendo reelaborado, devido ao distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19. Havia sido planejada a Semana de Saúde, que seria o ápice das ações de saúde no Tribunal e contemplaria vários eixos do PQVT. Havia também o Programa de Acompanhamento de Doenças Crônicas, que previa interação presencial entre os médicos e os servidores. Estas ações estão sendo repensadas, para definir como poderão ser realizadas agora. Por enquanto, estão sendo priorizadas ações relativas à pandemia, como as campanhas educativas e o protocolo de manejo para tratamento de COVID-19. O Plano deve ser apresentado no final de junho, já repensado.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, ressaltou que esse objetivo é muito impactado pela pandemia de COVID-19 e que todos os projetos associados a ele estão com atrasos não considerados críticos. Registrou que foram alcançadas conquistas importantes, como a contratação do coral e a licitação da fisioterapia. Enfatizou que o “Blog da SGP” já é uma ação de qualidade de vida no trabalho. Comunicou que o Plano tem que contemplar ações de todos os tipos, presenciais e virtuais, pois a volta ao trabalho presencial pode ocorrer.

Posteriormente, o Presidente do TRE, Des. Jatahy Júnior, explanou que considera esses atrasos normais, visto que a prioridade era proteger a saúde do servidor, a saúde do cidadão e de todos que têm uma ligação direta com a Justiça Eleitoral. Mas ressaltou que se deve retomar as atividades para o “novo normal”, como a contratação do maestro do coral, e que todas as medidas que ficaram impactadas, em um primeiro momento, e prejudicadas a sua efetivação, precisam ser restabelecidas. Enfatizou também que, ações para melhorar as condições do servidor que estão em teletrabalho, como ergonomia, devem ser implementadas.

Andamento das deliberações ocorridas na I RAE 2020

- Tramitação de todos os expedientes e processos relacionados ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT):

- Apresentação e início de execução do Plano Anual de Projetos e Ações (SEI n.º 0056869-02.2017.6.05.8000): Segundo a SGP, o referido Plano está em fase de conclusão, o que permitirá a medição do indicador **i18**. Em 02/06/2020, autos na SGP/COEDE para providências.
- Designação de membros para o Comitê de Gestão de Pessoas (SEI n.º 0053722-31.2018.6.05.8000): Não houve magistrados inscritos, apesar de ter sido publicado edital à época. Em 02/06/2020, autos na SEP/COJAP para decisão.
- Revisão do Desdobramento da Estratégia na SGP (SEI n.º 0054692-31.2018.6.05.8000): Aprovada pela DG e homologada pela Presidência. Em 02/06/2020, autos na SEP/COJAP para edição da Instrução Normativa correspondente. Tramita, nos mesmos autos, pedido de priorização de sistema que possibilite a medição de indicador relacionado à rotatividade de servidores, com tratativas entre SGP e STI.

OBJETIVO: PROMOVER A MELHORIA DA GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que este objetivo não foi medido, pois seus dois indicadores não se aplicam neste trimestre. O indicador *i19 - Taxa de satisfação e motivação do servidor* teve sua periodicidade alterada, na I RAE de 2019, para anos eleitorais, de modo que a realização da pesquisa se dará no mês de junho/2020. Já o indicador *i20, Taxa de governança em gestão de pessoas*, tem medição semestral. Com relação aos status dos projetos, *p1. Melhores Práticas* e *p7. Governança em Gestão de Pessoas*, estão com atrasos não considerados críticos; *p8. Gestão por Competência* foi concluído; e *p10. Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)* está com andamento regular, conforme planejado.

OBJETIVO: ASSEGURAR A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que este objetivo alcançou a meta proposta para o 1º trimestre. Comunicou que há dois indicadores relacionados a ele: o *i21 - Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional* e o *i22 - Número de ações de gestão de risco*. Explicou que o indicador *i21* refere-se ao desdobramento da estratégia no Tribunal, que está sendo realizado na SGA e SPL, e que será feito na SOF no segundo semestre deste ano. Ele não foi medido porque sua aferição está prevista para o final do ano. Quanto ao indicador *i22*, apresentou um desempenho satisfatório neste trimestre.

Os projetos associados são *p1. Melhores Práticas*, que se encontra com atrasos, não considerados críticos; *p2. Capacitação Bienal de Gestores*, que é um projeto novo, iniciado neste semestre e que está com o andamento regular, conforme o planejado; e *p4. Desdobramento da Estratégia*, que também está regular, cumprindo o seu cronograma.

Informes:

- Suspensão do Levantamento de Governança do TCU em 2020.

OBJETIVO: APERFEIÇOAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que esse objetivo teve um desempenho satisfatório no trimestre e que há quatro indicadores relacionados, dos quais dois alcançaram a meta no trimestre, um merece atenção e um não foi medido. O indicador *i30 - Taxa de execução financeira* requer atenção quanto ao seu desempenho, uma vez que não atingiu 25% da meta anual prevista neste primeiro trimestre.

Em seguida, Robelza Rocha, Secretária da SGA, ponderou que o indicador *i23- Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratação (PLANCONT)* deveria ser revisto, apesar de ter apresentado um bom desempenho no trimestre.

Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, esclareceu que a SGA já formalizou o pedido de revisão do indicador *i23*, e que ele será reavaliado e ressaltou que, neste 1º trimestre, ele está dentro do limite previsto para o desempenho da meta.

Com relação aos projetos, Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, explicou que há o *p16. Política de Controle de Estoque*, que é um projeto novo, com início previsto para 2020.2, mas que já apresenta avanços, inclusive com previsão de apresentação do PGP; o *p.18 Projeto Sistema GEORFI*, com atrasos não considerados críticos; e *p.19 Projeto PLANOP*, com atrasos críticos e que sobre ele haverá uma deliberação.

Andamento das deliberações ocorridas na I RAE 2020:

- Elevação dos projetos de obras com valores acima de R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) à categoria de projetos estratégicos: SEGOVE/COPEG e COMANP/SGA alinharam a sistemática de monitoramento desses projetos. Aguarda-se a criação dos processos correspondentes pela COMANP/SGA (SEI n.º 0048850-02.2020.6.05.8000).

Deliberações:

- Referendar a 2ª Revisão do PLS, aprovada pelo Comitê Gestor do PLS e homologada pela Presidência (Portaria n.º 118/2020; DJE 01/04/2020; SEI n.º 0051174-96.2019.6.05.8000), conforme art. 13, §4º, da Res. Adm. TRE-BA n.º 27/2018.

Decisão do Conselho de Governança: **Aprovação**, à unanimidade.

- Quanto ao **p19 PLANOP** (2019.2 a 2020.2), a gerência (COORC/SOF) propõe revisão da ficha do projeto, modificando seu nome e ampliando o escopo, a fim de elaborar o Programa de Qualificação do Plano, Orçamento e Gasto (PROQuali) do TRE-BA.

Esclarecimentos: Carla Lustosa, secretária da SOF, explicou que o escopo do *Projeto PLANOP* pretende implementar e elaborar um modelo de plano operacional para melhorar as aquisições do Tribunal e consequentemente aperfeiçoar a qualidade do gasto público. Porém, ponderou que não basta desenvolver um plano operacional, precisa ser elaborado um plano operacional aliado a um plano orçamentário, para que o Tribunal consiga trazer resultados a longo prazo. A proposta seria transformar o projeto em um programa, o Programa de Qualificação do Plano, Orçamento e Gasto (PROQuali), que vai envolver a capacitação dos gestores e dos servidores de forma contínua, para aproximar os servidores, usuários do orçamento, da “linguagem da SOF”. Com este mesmo fim, planeja-se editar mensalmente boletins com informações curtas e fáceis, para que todas as unidades se aproximem e vejam o orçamento de uma forma mais branda. Portanto, existe a necessidade de revisar esse projeto para ampliar seu escopo e conseguir alcançar a melhoria do gasto público no Tribunal, pois tanto o plano operacional quanto o plano orçamentário estão interligados. Não basta desenvolver um plano de aquisições eficiente, deve-se preocupar com a qualidade do planejamento orçamentário e com a qualidade da destinação dos recursos públicos do Tribunal, buscando economicidade e avaliação do custo-benefício. Informou que, no segundo semestre, buscará parcerias para essa capacitação, com SGP, nos cursos EAD, e com SGA, na melhoria do plano operacional. Ressaltou que o trabalho remoto impactou bastante nas atividades da SOF, visto que os meses de março e abril foram de adaptação da unidade ao teletrabalho, para que fosse possível cumprir os prazos e efetuar o pagamento de todas as despesas do Tribunal.

Decisão do Conselho de Governança: **Aprovação**, à unanimidade, da revisão da ficha do *p19 PLANOP*, ampliando seu escopo e modificando seu nome para *p19. PROQUALI – Programa de Qualificação do Plano, Orçamento e Gasto do TRE-BA*.

OBJETIVO: APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DE TIC

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que este objetivo possui dois indicadores associados, um não medido, *i27 - Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA*, que é relacionado ao IGovTIC-JUD do CNJ, cuja medição só ocorre ao final do ano e o *i28 - Número de normas de segurança da informação instituídas*, com desempenho satisfatório no trimestre. Não há projetos relacionados ao objetivo.

Andamento das deliberações ocorridas na I RAE 2020:

- Confecção de Plano de Ação para evolução dos resultados no questionário iGovTIC-Jud, a ser apresentado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) até março/2020: Não houve manifestação a esse respeito no SEI n.º 0048850-02.2020.6.05.8000.

OBJETIVO: PROMOVER MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TIC

Considerações: Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou que este objetivo possui um único indicador, *i29 - Taxa de cumprimento das metas de PETI*, cujo desafio é alcançar 70% das metas do Plano Estratégico de TI, com desempenho, no 1º trimestre, de 14,29%. Segundo a STI, apenas 1 (um) dos seus 10 (dez) indicadores

setoriais foi medido no período, o *i1-Índice de atingimento de metas de disponibilidade de serviço*, que alcançou o resultado de 100%. Os demais indicadores são medidos semestralmente ou anualmente, o que comprometeu o desempenho do i29 no 1º trimestre.

Há um projeto associado a ele, *STI/001/2020 Residência em TI*, com andamento normal, conforme o planejado.

Andamento das deliberações ocorridas na IRAE 2020:

- Implementação do Sistema de Gerenciamento de Eleições (SGIE): Segundo a STI, mantido contato com o desenvolvedor da solução (TRE-TO) e com o TRE-PI. Diante da complexidade, o CGovTIC decidiu pela contratação de mão de obra temporária com vistas à implantação (SEI n.º 0048850-02.2020.6.05.8000).
- Implementação de novas ferramentas de gestão para o controle do acervo processual: Segundo a STI, a solução Atena/Temis foi implantada pela SEBDA. As áreas de negócio (SJU e SCR), com apoio da COPEG/SPL, estão avaliando e tratando de ajustes com o TRE-RO. Caso restem solicitações de relatórios ou consultas não fornecidas pelo sistema, estas serão desenvolvidas pela SEBDA (SEI n.º 0048850-02.2020.6.05.8000).
- Luciana Fonseca, Secretária da STI, esclareceu que a contratação da mão-de-obra temporária para implementação do sistema SGIE não se deu por conta da complexidade do sistema, e, sim, pelo fato de a unidade ter uma enorme demanda e uma equipe pequena para atender todo o Tribunal.

Posteriormente, Maurício Amaral, Secretário da SPL, informou que há uma questão de complexidade do sistema, ressaltando que este não seria um problema que a STI não pudesse enfrentar. Explicou que o prestador de serviço contratado para implantar o SGIE ainda não conseguiu elaborar o plano de ação. Solicitou à STI que buscasse junto ao contratado a confecção de um cronograma de trabalho, para fins de acompanhamento e verificação da possibilidade de uso do sistema na Eleição.

Em seguida, Luciana Fonseca, Secretária da STI, explicou que o sistema SGIE foi desenvolvido pela *Fábrica de Software*, numa plataforma antiga e que esta é a dificuldade enfrentada pelo prestador de serviço. Ressaltou que a STI tem acompanhado o trabalho do contratado.

Ulteriormente, Luciana Bichara, Coordenadora da COPEG, parabenizou o trabalho efetuado pela STI, principalmente neste momento da pandemia de COVID-19 e teletrabalho, com a disponibilização do acesso remoto. Elogiou também o suporte que a TI disponibiliza aos servidores. Felicitou, ainda, a Comissão do SEI, que fez um excelente trabalho, com implementação do sistema em tempo recorde.

Após, Marta Gavazza, Secretária da SJU, agradeceu o suporte que a TI tem dado nas sessões virtuais, apoio que tem sido fundamental para o seu regular andamento dos trabalhos.

Posteriormente, Victor Xavier, Secretário Especial da Presidência, ressaltou o grande trabalho realizado pela TI, influenciando diversas áreas do Tribunal, e parabenizou os colegas da TI pelo trabalho desenvolvido.

Benjamin Macedo, Chefe da SEPLANE, informou o fim da apresentação dos resultados do 1º trimestre, agradeceu a participação dos Membros do Conselho e servidores e passou a palavra ao Presidente, Des. Jatahy Júnior.

O Presidente do TRE-BA, Des. Jatahy Júnior, parabenizou a SPL/COPEG pela realização da primeira RAE em formato *online*. Felicitou a TI pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo, assim como todas as secretarias, que têm se desdobrado frente a pandemia de COVID-19. Parabenizou também os membros da corte, os juízes eleitorais e todos os servidores, e enfatizou que a pandemia não conseguiu imobilizar o Poder Judiciário no Brasil. Mesmo com todas as dificuldades, continuou-se a prestação jurisdicional, e a Justiça Eleitoral mostrou que consegue superar suas adversidades. Ressaltou que o TRE-BA está conseguindo cumprir o calendário eleitoral, e que alguns desafios foram enfrentados, como o fim do prazo para filiação partidária e registro de estatuto de novas legendas (04/04/2020), e, posteriormente, o fechamento do cadastro (06/05/2020). Enfatizou que a Tecnologia da Informação foi decisiva para que o calendário fosse cumprido e que outros desafios estão por vir, como o treinamento dos mesários e as convenções. Informou que houve uma reunião do presidente do TSE, Ministro Luís Roberto Barroso, com os presidentes dos tribunais regionais eleitorais, e nela foram transmitidas algumas diretrizes sobre a eleição. Informou que está mantida a realização do pleito este ano, que o calendário eleitoral permanecerá, mas que se estuda minimizar o impacto da pandemia de COVID-19 no cumprimento desse calendário, havendo possibilidade de adiamento da eleição por um tempo curto. Outras medidas que foram apresentadas para reflexão e que estão sendo cogitadas para minimizar o perigo de contágio na eleição seriam: não usar a biometria na identificação do eleitor este ano; quais itens de equipamentos de proteção individual (EPIs) seriam fornecidos aos mesários; e estender o horário da eleição, passando seu término das 17 horas para as 20 horas. Acrescentou que, na reunião, o Ministro destacou que as eleições estão mantidas para este ano, e solicitou

que os Tribunais empregassem todos os esforços para que as ações visando à realização do pleito fossem integralmente cumpridas. O Presidente do TRE-BA comunicou a preocupação do Ministro Luís Roberto Barroso com as urnas eletrônicas, pois, devido à pandemia, alguns Estados não estão fazendo sua manutenção preventiva periódica, tendo sido requerido aos Estados que a suspenderam que retomassem a atividade. Esclareceu que o TRE-BA está realizando esta manutenção regular. O presidente do TRE-BA finalizou dizendo que estas eram as notícias mais atuais sobre as eleições, e que seria um grande desafio realizar eleições com uma pandemia. Mais uma vez, agradeceu o empenho de todos e encerrou a reunião.

6. Fechamento da ata

Participantes	Assinatura
Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	
Des. Roberto Maynard Frank	
Dra. Regina Helena Santos e Silva	
Raimundo de Campos Vieira	
Victor Araújo Mesquita Xavier	
Maurício Neves Rabello do Amaral	
Ronaldo da Silva Moura	
Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima	
Luciana Maria Freitas Fonseca	
Sandra Ramos Cerqueira	
Carla Lustosa Pinto da Silva	
Robelza Oliveira Santos Rocha	
Thaíssi Neves Sampaio	
Maria do Socorro C. C. M. de A. Gouveia	



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro Carvalho Cruz Medeiros de Almeida Gouveia, Membro da Comissão**, em 25/06/2020, às 21:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Araujo Mesquita Xavier, Secretário**, em 26/06/2020, às 00:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Lustosa Pinto da Silva, Secretário**, em 26/06/2020, às 09:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Robelza Oliveira Santos Rocha, Secretário**, em 26/06/2020, às 16:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thaíssi Neves Sampaio, Membro da Comissão**, em 30/06/2020, às 16:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Ramos Cerqueira, Secretário**, em 30/06/2020, às 21:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 01/07/2020, às 14:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Regina Helena Santos e Silva, Juiz Eleitoral**, em 02/07/2020, às 09:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDMILSON JATAHY FONSECA JUNIOR, Presidente**, em 02/07/2020, às 15:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Freitas Fonseca, Secretário**, em 02/07/2020, às 18:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Thaís Pinheiro Habib, Secretário**, em 09/07/2020, às 14:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima, Secretário**, em 15/07/2020, às 16:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Neves Rabello do Amaral, Secretário**, em 03/08/2020, às 11:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0752156** e o código CRC **D5379099**.